

Falta programa para investimentos

por Aida Carla
de Brasília

“Um bilhão de analfabetos e um bilhão de famintos no mundo. Uma relação forte entre a pobreza e o analfabetismo. Esse é um problema mundial, não só do Brasil. A troca de experiência é importante e toda medida para a solução do problema é bem-vinda.” A declaração é de Ana Bernardes da Silveira Rocha, professora do curso de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e membro da Comissão do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, que está participando do Encontro Internacional de Alfabetizando e Cidadania, promovido pelo Ministério da Educação.

Ana Bernardes destacou

que a iniciativa do Ministério da Educação em reunir vários países que enfrentam problemas de ordem econômica e social, para uma discussão sobre os rumos da universalização da escola básica, só poderá render “bons frutos”. Ela espera que, a partir desse encontro, sejam adotadas medidas efetivas de combate ao problema. “Essa discussão vem há muitos anos e tomou um novo alento com a edição da Constituinte, em 1988. Em 1990, foi decretado o Ano Internacional do Analfabeto, “que transcorreu sem grandes medidas para a solução do problema.” A Constituição deu um prazo de dez anos para o combate ao analfabetismo e a universalização da educação

básica, “e dois anos já se passaram e não há nenhuma medida de repercussão real para a solução do problema que todos nós rejeitamos”.

A educadora considera que recursos para a melhoria do ensino no País são necessários, mas, muita coisa pode ser feita com aqueles já disponíveis. Ela acredita que a determinação constitucional que prevê a aplicação de 50% dos recursos arrecadados dos impostos do poder público em universidades e na luta contra o analfabetismo é importante. “O que sinto falta é de um programa que viabilize esses investimentos.”

O ensino no Brasil, segundo ela, não decaiu ao longo dos anos. Hoje 80%

da população tem acesso à educação, enquanto que há vinte anos menos de 70% podia contar com isso. Ana Bernardes lembrou a expansão do sistema educacional, que possibilita o acesso das camadas mais pobres, o que antes não ocorria. Até 1971, disse, o aluno ingressava na 5ª série (relativa ao primeiro ano ginásial) através de um exame de admissão. “Esse exame selecionava as elites intelectuais, que permaneciam nas escolas e os demais eram aliçados.”

O deputado José Jorge Vasconcelos (PFL-PE), presidente do Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed), disse que faltam recursos para o ensino básico na área rural, em Pernambuco.